

# **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL**

**2º SEMESTRE DE 2018**

**PREVIRB**

**Fundação de Previdência dos Servidores do Instituto de  
Resseguros do Brasil**

## **1. INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao artigo 19 da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) nº 13, de 01/10/2004, este Conselho Fiscal, reunido em 27 de junho de 2019, concluiu a análise da documentação do período de **1º de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, disponibilizada pela Entidade e listada a seguir:

- a. Memorandos da Superintendência Geral (SUPGE) nº 001/2019 e 013/2019;
- b. Memorando DIBEN 013/2019;
- c. Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados e Contábeis;
- d. Relatórios de Riscos da ADITUS;
- e. Acompanhamento Orçamentário para o período;
- f. Documentação Suporte da Diretoria Executiva, dentre outros.

## **2. ADERÊNCIA DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS PREVIDENCIAIS A, B e PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)**

### **2.1. Gestão dos Recursos Garantidores**

O Conselho observou, fundamentado na documentação suporte, que a gestão dos recursos garantidores vem sendo realizada pela PREVIRB, em conformidade com às diretrizes da Política de Investimentos e com os dispositivos da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661/18 de 25/05/2018.

### **2.2. Enquadramento das Aplicações**

Os limites das aplicações de recursos dos Planos Previdenciais A e B, bem como os do Plano de Gestão Administrativa (PGA), estão aderentes aos dispositivos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.661/18 de 25/05/2018, bem como os preceitos da Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVIRB, considerada a documentação suporte apresentada.

## 2.3. Sistema de Captação de Dados de Investimentos

O Conselho, considerando por base a documentação suporte apresentada, observou que os prazos referentes aos demonstrativos de investimentos dos Planos Previdenciais satisfazem às determinações da Instrução Normativa MPS/PREVIC nº 02, de 18/05/2010, alterada pelas Instruções PREVIC nº 01, de 22/03/2011; nº 06, de 14/12/2011 e nº 15, de 12/11/2014 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

## 2.4. Controle de Riscos

### 2.4.1 Balanço Patrimonial

Segue, na tabela abaixo, o resumo do balanço patrimonial de dezembro de 2018, e um comparativo com o período de dezembro de 2017, segregado para os planos A e B:

Conta	Plano A			Plano B		
	Dez/2018	Dez/2017	%	Dez/2018	Dez/2017	%
<b>Ativo</b>	2.303.634.813	2.100.310.465	10%	167.249.310	130.956.230	28%
<b>Passivo</b>	1.601.420.894	1.636.701.173	-2%	156.973.285	123.259.475	27%
<b>Superávit</b>	702.213.919	463.609.292	51%	10.276.025	7.696.755	34%

Pela análise do balanço patrimonial, os planos apresentaram superávit satisfatório, e comparado a dezembro de 2017, o superávit apresentou crescimento de 51,47% para o Plano A e 33,51% para o Plano B. A PREVIRB está analisando junto com as patrocinadoras formas de destinação do superávit em atendimento às normas da PREVIC.

### 2.4.2. Geração de Déficit/Superávit

Segue apresentado na tabela abaixo, a movimentação do demonstrativo de resultado, acumulado de janeiro de 2018 a dezembro de 2018.

Conta	Plano A	Plano B	Plano PGA
<b>Contribuições/Receitas</b>	58.878	22.891.689	4.408.554
<b>Deduções/Despesas</b>	-114.463.281	-7.086.481	-7.980.115
<b>Fluxo dos Investimentos</b>	316.579.348	20.414.072	2.605.336
<b>Constituições/Reversões</b>	36.429.680	-33.640.009	966.225
<b>Superávit/Déficit</b>	<b>238.604.626</b>	<b>2.579.270</b>	<b>0</b>

O aumento do superávit observado no semestre no Plano A e B deve-se em grande parte à rentabilidade dos ativos acima da meta atuarial conforme veremos abaixo.

### 2.4.3. Ativos

#### 2.4.3.1. Rentabilidade dos Ativos

O Relatório de Enquadramento do Plano de Aplicações apresenta o desempenho da carteira de ativos para cada plano. Os resultados estão resumidos na tabela abaixo.

Conta	Rentabilidade acumulada	Meta	% Atingimento da Meta
<b>Plano A</b>	16,02%	7,96%	201,26%
<b>Plano B</b>	15,42%	6,42%	240,19%
<b>Plano PGA</b>	8,03%	6,42%	125,08%

Observamos, neste relatório, que o desempenho financeiro se manteve acima da meta estabelecida, no período de janeiro a dezembro de 2018.

#### 2.4.3.2. Value at Risk (VaR)

A tabela abaixo apresenta o VaR calculado pela Consultoria Aditus, no mês de dezembro de 2018.

Conta	Limite do VaR	VaR calculado
<b>Plano A (Renda Fixa)</b>	2,50%	0,00%
<b>Plano A (Renda Variável)</b>	18,00%	9,32%
<b>Plano B (Renda Fixa)</b>	2,50%	0,00%
<b>Plano B (Renda Variável)</b>	18,00%	9,31%
<b>Plano PGA (Renda Fixa)</b>	2,50%	0,00%

Observamos que os valores calculados se encontram abaixo do limite de VaR.

### 2.4.4. Considerações

O Relatório da Aditus apresenta a adequação da gestão dos recursos dos Planos, em consonância com as Resoluções CMN nº 4.661/18 de 25/05/2018, e atualizações e

CGPC nº 13, de 01/10/2004, bem como com as Normas emitidas pela PREVIC. Além disso, apresenta a adequação às Políticas e a adequação do cálculo do Var.

### **3. PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS**

No período em estudo, considerando as informações transmitidas pela Diretoria Executiva e o acompanhamento das demonstrações trazidas a este Conselho, pode-se observar as ocorrências a seguir comentadas.

A considerar, foram realizados novos testes de aderência pela Consultoria Mercer-Gama, no 2º semestre de 2018.

**Para o Plano A**, destaca-se:

- a. Alteração da tábua de mortalidade geral da BR-EMSsb – 2015 M&F para a AT-2000 (Suavizada 10%) M&F;
- b. Manutenção da taxa de juros em 4,38% a.a.;
- c. A variação das Provisões Matemáticas ficou, em relação ao final de 2017, negativa em 2,40%, como decorrência da atualização dos benefícios e salários, falecimentos ocorridos e alteração da tábua de mortalidade mencionada no item (a) acima.

**Para o Plano B**, temos os seguintes destaques:

- a. Mudança da taxa de juros de 4,36% a.a para 4,38% a.a.;
- b. Atualização da tábua de mortalidade geral da BR-EMSsb – 2015 M&F para a AT-2000 suavizada 10% (D10%) M&F;
- c. Alteração da premissa de composição familiar para os benefícios a conceder de Exp. Plano B 2017 para Família Padrão;
- d. Alteração da premissa de rotatividade de 2,5% a.a. para 3,00% a.a.;
- e. Inclusão da IRB Asset Management S.A. (IRB Asset) como novo patrocinador;
- f. Revisão do Plano de Custeio com proposta, por parte da Mercer-Gama, de redução da alíquota de contribuição para os benefícios de risco de 6,326% para 6,004%;

g. a variação das Provisões Matemáticas foi positiva de 28,80% em relação a dezembro de 2018, bastante influenciada pelas alterações do Plano descritas acima.

Tendo em vista o exposto, os dados fornecidos pela Direção da Entidade e o desempenho que a PREVIRB vem apresentando, este Conselho entende que permanece o equilíbrio entre o patrimônio e os compromissos e obrigações dos benefícios dos Planos A e B.

### **3.1. Gestão Atuarial**

As alterações sofridas pelos Planos durante o 2º semestre de 2018 estão descritas ao longo desta Manifestação, as quais são de conhecimento e aprovação da PREVIC.

Desta forma, este Conselho entende que os regimes, métodos e premissas estão consistentes entre si, com os dados cadastrais, de acordo com a legislação e com os objetivos e práticas atuariais.

## **EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As análises das demonstrações da execução orçamentária, no 2º semestre de 2018, foram efetuadas, tendo sido aceitos os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva sobre as variações orçamentárias consideradas relevantes.

O valor realizado para efeito de cálculo do resultado acumulado no exercício relativo à gestão previdencial do Plano A ficou abaixo do valor orçado em 65%, influenciado, dentre outros fatores, pelas Provisões Atuariais que sofreram uma variação de -135% entre Realizado e Orçado, em virtude da taxa de juros utilizada de 4,34%, passando em 2018 para 4,38%, provocando forte redução no realizado. Com relação aos Benefícios de prestação única, seguindo as probabilidades da tábua mais aderente ao Plano, estavam previstos 11 pagamentos, contudo ocorreram apenas 7. Por esta razão a Rubrica Pecúlio teve uma variação de -45% entre Realizado e Orçado.

No fluxo de investimentos do Plano A, o resultado registrou uma variação positiva de 76% , com o valor realizado acima do orçado. Destaca-se o fluxo positivo, que as Ações tiveram acima do Orçado de 9876%. A referida performance decorreu do otimismo do mercado com o resultado das últimas eleições e, principalmente, em virtude da valorização das ações do IRB existentes no FIP Caixa Barcelona, que foram transferidas em parte, do FIP caixa Barcelona para a carteira de ações no período sob análise. Cabe ressaltar também, que houve uma variação de 509% nas Constituições/Reversões Líquidas em virtude das Contingências e Fundos, motivado pelo número menor de falecimentos de assistidos com empréstimos em vigor.

A grande variação das ações em relação ao orçado, deve-se à metodologia do orçamento que, para o segmento de renda variável, prevê o resultado relativamente aos dividendos gerados pela carteira (dividend yield), sem considerar a variação dos preços dos ativos. Neste caso, impactos de dividendos maiores que os previstos, além da variação patrimonial podem ocorrer. No caso do exercício de 2018, ocorreu a amortização de parcela do Fundo Barcelona em ações, ao invés de liquidação financeira, fato esse que aumentou o volume da carteira em cerca de 155%, além da valorização patrimonial dos ativos da carteira. Já o resultado acumulado realizado no exercício relativo à gestão Previdencial do Plano B, excedeu 62% em relação ao valor orçado, refletindo no aumento das Portabilidades e dos Fundos Previdenciais. Cabe destacar dentro das premissas adotadas, houve uma mudança do percentual de contribuição para a renda que passou de 3% a 16% que entraram em vigor em 04/2018 gerando uma variação de 91% de receitas de contribuição, além disso, foram previstos 123 participantes Autopatrocinaados, contudo verificamos que existem 137, ocasionando uma variação de 90%, de contribuição de Autopatrocinaado e também, na rubrica Institutos houve um percentual de 14344%, decorrente de um elevado número de resgates e portabilidades no período.

No fluxo de investimentos do Plano B, o resultado registrou uma variação de 72% sobre o orçado, esse desvio decorreu, principalmente das rubricas Ações e das Variações Líquidas como aconteceu no Plano A, otimismo do mercado com o resultado das últimas eleições e da valorização das ações do IRB, existentes no FIP Caixa Barcelona que foram transferidas parte no período, ocasionando uma variação de 5750%.

Quanto ao PGA, houve um desvio de 2%, ficando o valor realizado acima do orçado, fato influenciado pelo bom desempenho no controle das despesas. No tocante ao fluxo de investimentos, não houve variação entre realizado e orçado. O Orçamento foi elaborado atendendo ao § 1º, do Art.16, da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

#### 4. ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS CONTROLES INTERNOS

##### 4.1. Controles Internos

O Comitê de Controles Internos da Fundação - COINT vem desempenhando as suas atividades, atuando como órgão consultivo e de assessoramento às diversas áreas, muito embora o CONFI destaque a necessidade de que as ações desse Comitê tenham, cada vez mais, o caráter preventivo no seu assessoramento à Fundação.

##### 4.2. Plano de Ação

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004, a Fundação sinaliza medidas a serem observadas e avaliadas anualmente, em sintonia com as melhores práticas de governança, gestão e controles internos.

O Relatório de Pendências apresenta as pendências listadas por natureza. Destacamos que não houve novas demandas para DIREX, oriundas da PREVIC, Auditoria Externa e da Certificadora em Controles Internos no segundo semestre de 2018. Do total das 16 demandas em aberto no final do primeiro semestre de 2018, 7 foram encerradas no segundo semestre 2018, sendo que estas e as demais recomendações estão apresentadas na tabela abaixo.

Origem	Demanda	% Execução	Grau de Impacto
Legislação	Adequar as funcionalidades do site à exigência da Resolução CNPC 26/2017 que dispõe sobre a adoção de transações remotas	0%	Baixo
Legislação	Proceder Revisão do Regulamento do Plano PGA, constante do Manual Técnico da Fundação;	80%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Revisar o Plano Diretor de Informática (PDI) e dar continuidade no desenvolvimento de suas ações previstas.	0%	Baixo



<b>Origem</b>	<b>Demanda</b>	<b>% Execução</b>	<b>Grau de Impacto</b>
Planejamento Estratégico 2018	Monitoramento dos níveis das reservas e dos fundos (ação permanente)	100%	Alto
Planejamento Estratégico 2018	Monitoramento do resultado do Relatório do ALM	100%	Alto
CONDEL	Estudo acerca da performance da estrutura da Fundação (mais enxuta, dinâmica)	100%	Médio
Planos de Ação 2018	Implantar nova versão do sistema Inbox, com revisão de todo material arquivado eletronicamente	40%	Insignificante
Planos de Ação 2018	Preparar a Fundação para submissão ao processo de certificação pela Norma ISSO 9001	100%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Realizar palestras sobre o plano e estudar a possibilidade de oferecer novos produtos/serviços, com o intuito de aumentar o nível de adesão ao Plano	60%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Estudar outras fontes de receitas administrativas para manter o custo do Plano viável e competitivo	5%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Promover novo Recadastramento, com ênfase no uso online, revisando a ferramenta utilizada com o objetivo de conceder e pagar benefícios com assertividade	10%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Implantar a modalidade de concessão de empréstimo online e estudar a possibilidade de oferecer plano de previdência familiar;	10%	Baixo
Planejamento Estratégico 2018	Firmar convênios de adesão com novas empresas criadas pelo IRB Brasil RE para captar novos participantes;	100%	Médio
Planejamento Estratégico 2018	Capacitar empregados, gestores e os membros do colegiados para o exercício de suas atribuições através de treinamento de desenvolvimento anual e acompanhamento do cumprimento.	100%	Baixo
Plano de ação permanente	Processo de Digitalização de Documentos (plano de ação permanente);	-	-
Plano de ação permanente	Certificação de outros profissionais e conselheiros da entidade (plano de ação permanente);	-	-

Além dos planos de ação destacados acima, o relatório apresenta o cumprimento das obrigações sob a ótica legal e operacional destacando todas as atividades finalizadas e apresentando justificativas para os casos em que houve atrasos.

## 5. COMENTÁRIOS

### 5.1. Despesas Administrativas

INDICADORES (*)	DESCRIÇÃO	META (anual)	RESULTADO Dezembro/18
<b>IG 01</b>	Despesas Administrativas x Recursos Garantidores	0,60%	0,33%
<b>IG 02</b>	Fundo Administrativo / Total do Ativo	1,50% (mínimo)	1,31%
<b>IG 03</b>	Despesas Administrativas / Participantes (massa segurada)	R\$ 300,00	R\$ 305,42
<b>IG 04</b>	Despesas Administrativas com Pessoal / Despesas Administrativas	69,00%	65,81%
<b>IG 05</b>	Despesas Administrativas com Serviços de Terceiros / Despesas Administrativas	19,00%	16,00%
<b>IG 06</b>	Número de Empregados Treinados / Número Total Empregados	85,00% (Mínimo)	95,00%
<b>IG 07</b>	Nível de adesão ao Plano	80,00% (Mínimo)	89,19%

(\*) Indicadores e Resultados apurados no mês de dezembro/2018, de acordo com as metas estabelecidas para o exercício de 2018.

Em relação ao resultado dos indicadores expostos no quadro acima, cabem os seguintes comentários:

**IG01** - É o principal indicador de gestão, que mensura a relação entre as despesas administrativas e os recursos garantidores dos Planos. Alcançou o patamar de 0,33%, inferior, portanto, à meta interna estabelecida pelo CONDEL, de no máximo 0,60%.

Desta forma, verifica-se que o referido indicador encontra-se 45,00% abaixo da meta estabelecida.

Neste último exercício, a manutenção do nível geral de despesas e as renovações dos contratos vincendos em bases mais restritivas foram os itens mais relevantes.

**IG02** – Responsável por medir o montante do Fundo Administrativo em relação ao Total do Ativo da Fundação. Como tendência, quanto maior o percentual apurado, maior a margem de segurança do fundo para suprir suas despesas administrativas futuras.

Foi estabelecido pelo CONDEL, um limite mínimo de 1,50%, admitindo-se uma variação de até 10%. O índice obtido no 2º semestre/2018 foi de 1,31%, ou seja, estando 12,67% abaixo da meta.

Na opinião desse Conselho Fiscal, com o aumento material dos Ativos da Fundação nos últimos anos, o percentual mínimo estabelecido está criando uma necessidade excessiva de prudência para o Fundo Administrativo, com risco de promover aumento desnecessário das contribuições para despesas administrativas pelos participantes e patrocinadores, em detrimento da Fundação buscar uma estrutura mais enxuta e eficiente.

Nesse sentido, o CONFI recomenda a revisão desse percentual mínimo por parte do Conselho Deliberativo.

Conforme consta no Memorando SUPGE nº 013/2019, alguns fatores influenciaram este resultado, tais como: (i) o Fundo Administrativo somente opera o segmento de renda fixa, respaldando as operações administrativas da Fundação; e, (ii) a cobrança de taxas de carregamento para os Planos estão suspensas.

**IG03** – Trata-se do volume médio de despesa administrativa per capita (por participante). Como tendência, quanto maior o resultado apurado, menor o sucesso dos esforços empreendidos pela Entidade na gestão administrativa do Plano e da Entidade por participante. A maturidade do plano pode também ser fator de influência, sobretudo em função da formação de custos para atendimento a público mais idoso ou de questões relativas à concessão, pagamento e revisão de benefícios.

No caso da PREVIRB, nota-se uma tendência decrescente da massa segurada no Plano Previdencial A, por se tratar de plano fechado. Já em relação ao Plano Previdencial B, apesar do crescimento da massa segurada decorrente de novas entradas, observa-se grande movimentação, tanto de entradas como de saídas de participantes. Com isso, ainda que mantido o valor das despesas administrativas, o indicador apresentará oscilações.

Apenas como referência, consta no Memorando SUPGE nº 013/2019 que a massa segurada cresceu de 2.178 para 2.181, ou seja, um aumento de 0,14%, enquanto que no mesmo período a inflação medida pelo INPC ficou em 4,40%.

No tocante ao presente indicador, a meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo R\$ 300,00, admitida uma variação de até 10%. No 2º semestre/2018 o indicador alcançou o patamar de R\$ 305,42, estando 1,81% acima da meta estabelecida, situando-se, portanto, dentro da variação admitida.

Ainda, em linha com o disposto no IG2, este Conselho recomenda à Fundação o acompanhamento desse indicador para evitar desvios maiores.

**IG04** – Reflete o percentual das Despesas Administrativas com pessoal e encargos em relação ao total das Despesas Administrativas Globais da PREVIRB no mesmo exercício. Portanto, apresenta como resultado o peso dos gastos com pessoal no total das despesas administrativas.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 69%, admitindo-se uma variação de até 10%. No 2º semestre/2018, o indicador alcançou o patamar de 65,81%, estando 4,62% abaixo da meta estabelecida.

**IG05** – Apresenta o percentual das despesas administrativas com a prestação de serviços por parte de terceiros em relação à Despesa Administrativa total.

O resultado apurado indica o grau de dependência de serviços de terceiros da Entidade. Este resultado vem se mantendo abaixo do limite estabelecido, uma vez que a Entidade diminuiu as despesas com terceiros comparado com o das despesas administrativas totais.

Ressalte-se que existe um acompanhamento permanente das despesas com terceiros e da performance dos contratos pela Fundação, com a finalidade de extrair o máximo de cada prestador. Além disso, existe uma reavaliação periódica dos contratos notadamente em relação à adequação do escopo, permitindo, assim, o cumprimento da meta.

A meta estabelecida pelo CONDEL é de no máximo 19%, admitindo-se uma variação de até 10%. Este indicador apresentou no 2º semestre/2018 o patamar de 16%, estando 16% abaixo da meta estabelecida.

**IG06** – Esse indicador mostra o volume de investimentos realizados com treinamento e qualificação, de modo que quanto maior o resultado apurado, maior a preocupação da Fundação com a formação do seu pessoal. Adicionalmente, existe o objetivo de aperfeiçoamento deste indicador, agregando-se a informação sobre a qualidade do treinamento e a sua aplicabilidade no cumprimento das tarefas pelos colaboradores treinados.

Para esse indicador, o limite estabelecido pelo CONDEL foi de no mínimo 85% do quadro de colaboradores treinados. No 2º semestre/2018, foram treinados 95% do quadro, estando 12% acima da meta estabelecida.

Ressalte-se que, houve a racionalização das despesas com treinamentos, congressos e seminários, priorizando a formação dos colaboradores e o Programa de Treinamento estabelecido para o exercício de 2018. Ademais, verifica-se a atualização dos Conselheiros, membros do COINV e Diretoria, visando à recertificação desses profissionais.

**IG07** – O presente indicador mede, mensalmente, o percentual de participantes que aderiram ao Plano Previdencial B. O resultado no 2º semestre/2018, foi de 89,18%, estando 11,48% acima da meta estabelecida de no mínimo 80% pelo CONDEL.

O referido resultado deve ser atribuído ao maior nível de contratação do Patrocinador-Fundador e a consequente efetivação das matrículas a partir dos trabalhos de apresentação do benefício.

Destaque-se, por fim, que as despesas administrativas fecharam o semestre em R\$ 4.346 MM, inferior em 2,97% ao valor orçado para o período, que foi de R\$4.479 MM, em que pese a inflação no mesmo período ter alcançado 1,11% conforme IPCA.

## **5.2. Gestão Atuarial**

As alterações e influências sofridas pelos Planos durante o 1º semestre de 2018 estão descritas no item 2 desta Manifestação, as quais são de conhecimento e aprovação da PREVIC.

Desta forma, este Conselho entende que os regimes, métodos e premissas estão consistentes entre si, com os dados cadastrais, de acordo com a legislação e com os objetivos e práticas atuariais.

## **5.3. Custo da Gestão**

Os custos decorrentes da gestão, no período sob análise, apresentaram-se aderentes às propostas orçamentárias.

### **Plano Previdencial A:**

Quanto ao Balanço Patrimonial para o Plano A, a PREVIRB apresentou, ao final do 2º semestre de 2018, um superávit técnico acumulado de R\$ 702.213.918. No 2º semestre de 2017, este resultado fora de R\$ R\$ 463.609.292 (variação de 51,47%).

Com relação ao resultado acumulado apenas do exercício referente ao 2º semestre de 2018, a Fundação apresentou o valor de R\$ 173.610.878 de superávit técnico, contra R\$ 102.563.687, do 2º semestre de 2017. A variação decorre principalmente da rentabilidade dos ativos garantidores ter sido superior à meta atuarial. A rentabilidade acima da meta atuarial encontra justificativa no desempenho positivo da parcela de renda fixa, bem como nos resultados expressivos dos investimentos estruturados e da renda variável no segundo semestre de 2018.

### **Plano Previdencial B:**

Quanto ao Balanço Patrimonial para o Plano B, foi verificado, ao final do 2º semestre de 2018, um superávit técnico acumulado de R\$ 10.276.025. No 2º semestre de 2017, este resultado fora de R\$ 7.696.754 (variação de 33,51%).

Já para o resultado acumulado apenas do exercício referente ao 2º semestre de 2018, foi apurado o valor de R\$ 1.991.013 de superávit técnico, contra R\$ 1.193.262 do 2º semestre de 2017. Foi observado que a rentabilidade positiva no período foi a grande responsável pela variação. A parcela de renda fixa teve uma performance bastante superior ao CDI, enquanto que os segmentos estruturado e renda variável também tiveram desempenho expressivo.

### **PGA:**

O Balanço Patrimonial apresentou, ao final do 2º semestre de 2018, o valor do Patrimônio Social de R\$ 32.446.454 contra R\$ 33.429.561, considerando-se o mesmo período de 2017.

## **5.4. Classificação entre as maiores Entidades Fechadas de Previdência Complementar**

Esta Fundação mantém uma posição bastante confortável na classificação ABRAPP, figurando entre as 60 maiores Entidades de Previdência Fechada – 59º lugar no ranking da ABRAPP.

### **5.5. Contencioso da Fundação**

O Contencioso distribui-se nas seguintes áreas:

Previdencial: 17 ações;

Administrativas: 02 ações;

Investimentos: 03 ações;

Tributário: 07 ações.

Das ações relacionadas à parte Tributária, o processo de maior relevância é o que discute o desenquadramento da anistia concedida pela Medida Provisória 2222/01. Essa discussão levou a PREVIRB a realizar um provisionamento de, de R\$ 22.171.926,26 e contratar um Seguro Garantia de maneira a evitar um descaixe financeiro da Fundação e poder assim, gerir o recurso de forma autônoma.

## **6. MANIFESTAÇÃO**

Com base nas verificações e análises efetuadas, o Conselho Fiscal manifesta-se no sentido de que a Fundação de Previdência dos Servidores do IRB (PREVIRB), observado o conteúdo do presente Relatório, está adequada ao modelo de governança corporativa, proposto pela Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, devam ser adotadas. Deverá, ainda, permanecer nesta Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2019.

Lucia Maria da Silva Valle  
Presidente

Maria Gracia Provenzano  
Membro Efetivo

Davi Dias da Silva  
Membro Efetivo

Daniel Volpe  
Membro Suplente em exercício

